

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

Nome: _____

N. de inscrição: _____

Assinatura: _____

Opção de turno para realização de estágio: _____

1. Nesta prova constam 40 (quarenta) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas. Confira antes de iniciá-la.
2. Não é permitido qualquer tipo de consulta.
3. Esta é a única **folha de respostas** para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
4. Tempo de duração da prova: 4h (quatro horas).
5. Será permitido ao candidato levar este caderno de questões, após a entrega, ao fiscal autorizado, desta folha de respostas e das duas últimas folhas com as respostas das questões discursivas.
6. A divulgação do gabarito da parte objetiva está prevista para o dia 29/05/2017, a partir das 17 horas, no endereço eletrônico <http://portal.trf1.jus.br/sjma/concursos/estagios/estagios.htm>.

1	(A)	(B)	(C)	(D)
2	(A)	(B)	(C)	(D)
3	(A)	(B)	(C)	(D)
4	(A)	(B)	(C)	(D)
5	(A)	(B)	(C)	(D)
6	(A)	(B)	(C)	(D)
7	(A)	(B)	(C)	(D)
8	(A)	(B)	(C)	(D)
9	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)

21	(A)	(B)	(C)	(D)
22	(A)	(B)	(C)	(D)
23	(A)	(B)	(C)	(D)
24	(A)	(B)	(C)	(D)
25	(A)	(B)	(C)	(D)
26	(A)	(B)	(C)	(D)
27	(A)	(B)	(C)	(D)
28	(A)	(B)	(C)	(D)
29	(A)	(B)	(C)	(D)
30	(A)	(B)	(C)	(D)
31	(A)	(B)	(C)	(D)
32	(A)	(B)	(C)	(D)
33	(A)	(B)	(C)	(D)
34	(A)	(B)	(C)	(D)
35	(A)	(B)	(C)	(D)
36	(A)	(B)	(C)	(D)
37	(A)	(B)	(C)	(D)
38	(A)	(B)	(C)	(D)
39	(A)	(B)	(C)	(D)
40	(A)	(B)	(C)	(D)

CÓPIA

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

CÓPIA

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

1. Acerca do tema “Intervenção do Estado na propriedade privada”, assinale a alternativa **CORRETA** a respeito da “Desapropriação”:

- a) Não obstante possam ser sujeitos ativos da desapropriação a União, os Estados-membros, o DF, os Municípios e os Territórios, em relação à desapropriação por interesse social de que trata o art. 182 da CF/88, compete privativamente ao Município efetuar-la; Já em relação à desapropriação por interesse social positivada no art. 184 da CF/88 (para fins de reforma agrária), a competência privativa é da União;
- b) Na desapropriação para fins de reforma agrária, segundo a CF/88, a indenização das benfeitorias úteis e necessárias será feita em títulos da dívida agrária;
- c) A fase declaratória do procedimento de desapropriação fixa o termo inicial para o prazo de caducidade da declaração (prazo que o Poder Público possui para dar início à fase executória e efetivar a desapropriação. Esse prazo é de 4 anos quando o fundamento da desapropriação for utilidade ou necessidade pública; e de 2 anos quando o fundamento for interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;
- d) Tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, a desapropriação não pode ser efetuada extrajudicialmente por meio de acordo entre o ente público e o proprietário do bem, devendo ser ajuizada uma ação de desapropriação.

2. Com relação à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A primeira fase da evolução da responsabilidade civil do Estado foi a chamada “fase da irresponsabilidade do estado”, ou seja, o estado, na atuação dos seus agentes, mesmo que ocasionasse danos a terceiros, *não responderia por estes*. Esta 1ª fase vigorou no período dos estados absolutistas europeus;
- b) Segundo a teoria da culpa do serviço ou culpa anônima, também chamada de falta de serviço – criada pelo conselho de estado do direito francês – o indivíduo não precisava mais identificar o agente que foi efetivamente responsável pelo dano. Bastava que o indivíduo comprovasse que o serviço estatal foi prestado de forma equivocada (ausência do serviço; serviço defeituoso; serviço tardio ou intempestivo);
- c) Atualmente a CF (art. 37. § 6º) consagra, como regra, a responsabilidade objetiva do estado – teoria do risco administrativo. Objetiva porque retira da discussão o elemento subjetivo (culpa). Basta que a vítima comprove conduta, dano e nexa causal;
- d) Na modalidade de responsabilidade objetiva - risco administrativo-, o estado não pode alegar excludentes de nexa causal, que, por conseguinte, afastariam o dever de indenizar, como: culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior;

3. Acerca do Tema “Improbidade Administrativa”, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Para a maioria da doutrina e jurisprudência, o rol de sanções trazido pelo § 4º do art. 37 da CF/88 (suspensão dos direitos políticos; perda da função pública; indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário) é taxativo e não poderia ter sido ampliado pela Lei n.º 8.429/92;
- b) Segundo entendimento do STJ, a Lei n.º 8.429/92 pode ser aplicada retroativamente para alcançar fatos anteriores a sua vigência, desde que ocorridos após a edição da Constituição Federal de 1988;
- c) Para que um terceiro seja responsabilizado pelas sanções da Lei n.º 8.429/92, é indispensável que seja identificado algum agente público como autor da prática do ato de improbidade. Logo, não é possível que seja proposta ação de improbidade somente contra o terceiro, sem que figure também um agente público no polo passivo da demanda;
- d) Se o agente público é detentor de mandato eletivo, praticou o ato de improbidade no primeiro mandato e depois se reelegeu, o prazo prescricional é contado a partir do fim do primeiro mandato;

4. Sobre os Bens Públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Segundo dispõe o código civil, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem;
- b) Os bens públicos estão sujeitos a um regime jurídico próprio, o denominado “regime jurídico dos bens públicos”, traduzido nas características de imprescritibilidade, impenhorabilidade, não onerabilidade e na existência de restrições e condicionamentos a sua alienação (inalienabilidade relativa);
- c) Os bens públicos dominicais, por serem desafetados, podem ser alienados e usucapidos;
- d) Os bens públicos de uso especial são os bens especialmente afetados aos serviços administrativos e aos serviços públicos (ex.: repartições públicas do executivo, legislativo e judiciário, aeroportos, escolas públicas, hospitais públicos);

5. A respeito da teoria dos direitos fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os direitos fundamentais apresentam certas características que os identificam com maior frequência e os distinguem dos demais direitos, tais como a universalidade, historicidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e irrenunciabilidade.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

b) Em sua dimensão subjetiva os direitos fundamentais são pensados sob a perspectiva do indivíduo, titular de uma posição jurídica que decorre de uma norma de direito fundamental, oponível aos poderes públicos e particulares.

c) A partir da premissa de que os direitos fundamentais protegem os indivíduos em face do Estado (eficácia vertical), a doutrina e jurisprudência majoritárias no Brasil defendem a tese da ineficácia horizontal desses direitos.

d) Além do aspecto tradicional e mais difundido da proibição de excesso (impedimento de intervenções ou restrições abusivas aos direitos fundamentais), é possível reconhecer ao postulado da proporcionalidade uma outra faceta, qual seja, a de proibição de proteção deficiente, que tem por fim impedir que medidas exigidas para a proteção e promoção dos direitos fundamentais fiquem aquém do necessário.

6. Em uma perspectiva histórica, é possível situar os direitos fundamentais em dimensões ou gerações, em razão de seu reconhecimento progressivo e cumulativo. Nesse contexto, podem ser considerados como direitos fundamentais de 3ª dimensão:

- a) Liberdade de opinião e inviolabilidade do domicílio.
- b) Saúde e educação.
- c) Trabalho e assistência social.
- d) Qualidade do meio ambiente e conservação do patrimônio histórico.

7. A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O rol de legitimados para propositura de ação declaratória de constitucionalidade é mais restrito do que o rol para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade.

b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, há a necessidade de que todos os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade demonstrem a existência de pertinência temática entre o conteúdo veiculado na norma impugnada e as finalidades ou interesses do legitimado ativo.

c) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o rol de legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade não é exaustivo, razão por que se admite sua interpretação ampliada para estender a legitimidade do Chefe do Executivo (Presidente da República e Governadores) para seu respectivo Vice.

d) A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo produz, em regra, efeitos retroativos (*ex tunc*), o que é justificado pela concepção de que a lei inconstitucional, por ser um ato nulo, possui um vício desde a sua origem. Excepcionalmente, contudo, o Supremo Tribunal Federal poderá realizar a modulação temporal dos efeitos da decisão, por razões de segurança jurídica ou de interesse social, desde que observado o quórum de 2/3.

8. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, marque a alternativa **INCORRETA**:

a) A arguição de descumprimento de preceito fundamental possui caráter subsidiário, não sendo cabível quando houver outro meio eficaz para sanar a lesividade.

b) De acordo como o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não se aplica à arguição de descumprimento de preceito fundamental o princípio da fungibilidade, razão por que a Corte Constitucional não poderá conhecer a arguição como ação direta.

c) Para cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, o parâmetro violado deve ser preceito fundamental, o qual só pode ser invocado enquanto estiver vigente, na medida em que normas constitucionais revogadas não podem servir como parâmetro para o controle normativo abstrato.

d) No âmbito da legislação infraconstitucional foram previstas duas hipóteses de cabimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, uma autônoma e outra incidental. A arguição incidental surge no curso de um processo judicial concreto, em razão de uma controvérsia constitucional relevante, requisito de admissibilidade a ser comprovado quando da propositura dessa modalidade de arguição.

9. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e das disposições relativas ao Poder Judiciário, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.

b) Os Territórios Federais integram a União, possuem natureza Autárquica e sua criação será regulada em lei complementar.

c) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional do Poder Judiciário.

10. O art. 3º da Lei 10.406/2002 (Código Civil), alterado pela Lei nº 13.146/2015, dispõe que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) somente os menores de dezesseis anos;
- b) os menores de dezesseis anos e os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- d) os pródigos.

11. O art. 189 da Lei 10.406/2002 reza que violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206. Assim, nos termos do artigo 206 do Código Civil, a pretensão de reparação civil prescreve em:

- a) 2 anos;
- b) 3 anos;
- c) 4 anos;
- d) 5 anos.

12. Acerca dos Contratos, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Os princípios da função social dos contratos e da boa-fé objetiva, embora não estejam expressamente previstos no Código Civil, configuram vetores essenciais às relações contratuais no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) As partes somente podem celebrar contratos previstos no Código Civil, sendo vedada, portanto, a estipulação de contrato atípico.
- c) A extinção do contrato em virtude de cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial.
- d) É inviável a alegação de vício redibitório em contrato aleatório, tendo em vista que a imprevisibilidade consiste em condição intrínseca dessa modalidade contratual.

13. Relativamente à extinção da punibilidade, podemos afirmar que:

- a) Não ocorre prescrição após o trânsito em julgado da sentença final condenatória
- b) A sentença final absolutória interrompe a prescrição
- c) A prescrição retroativa regula-se pela pena aplicada
- d) A prescrição retroativa, para os crimes ocorridos antes da vigência da Lei nº 12.234/2010, não poderá ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa.

14. A pena do art. 171 do Código Penal (estelionato) aumenta em um terço se o crime é cometido em detrimento de:

- a) Instituto de economia popular
- b) Interesse de moradores de condomínios
- c) Federação de indústria
- d) Banco privado

15. O funcionário do INSS que, para beneficiar pessoa que não tem tempo de contribuição para aposentadoria, registra vínculo trabalhista inexistente no Sistema da Autarquia Previdenciária, comete o crime de:

- a) estelionato
- b) peculato culposo
- c) peculato mediante erro de outrem
- d) inserção de dados falsos em sistema de informações

16. Em relação ao conceito de tributo descrito na Lei 5.172/66, Código Tributário Nacional, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em decreto e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Tributo é toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em decreto e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) Tributo é toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

17. A respeito do Direito tributário, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) A competência tributária pode ser delegada a pessoas de direito privado para fins de arrecadação dos tributos.
- b) É legítima a instituição de taxa decorrente de serviço público específico e divisível posto à disposição do contribuinte, ainda que não haja sua efetiva utilização.
- c) Compete aos Municípios a instituição dos impostos sobre propriedade territorial e urbana (IPTU), sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou ISSQN) e sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).
- d) O produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) pertence exclusivamente ao ente político instituidor.

18. Em relação aos benefícios previstos aos segurados e dependentes no Regime Geral da Previdência Social, conforme legislação aplicável à matéria, é **CORRETO** afirmar:

- a) Os benefícios do Serviço Social e da reabilitação profissional são devidos apenas aos segurados e não aos seus dependentes.
- b) A doença degenerativa e a inerente ao grupo etário estão incluídas no rol das doenças do trabalho para efeitos de equiparação a acidente de trabalho.
- c) A aposentadoria por idade será devida ao trabalhador rural que, preenchidos os requisitos da comprovação de efetivo exercício de atividade rural e da carência, completar sessenta anos, se homem, e cinquenta e cinco anos, se mulher.
- d) A doença ou lesão de que o segurado já era portador, ao se filiar ao Regime Geral da Previdência Social, jamais lhe conferirão direito à aposentadoria por invalidez.

19. Dentre as proposições que se seguem, assinale a **INCORRETA**:

- a) O auxílio-acidente, quando devido, será pago mesmo que o beneficiário volte a trabalhar.
- b) É vedado pela lei previdenciária, ao segurado que recebe o auxílio-acidente, a percepção de remuneração decorrente de nova relação de emprego.
- c) O auxílio-acidente corresponde a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício e pode ser inferior ao salário-mínimo.
- d) O trabalhador avulso, que presta serviços de natureza urbana a duas ou mais empresas, sem vínculo empregatício, tem direito ao auxílio-acidente.

20. De acordo com a legislação previdenciária vigente, são benefícios do Regime Geral de Previdência Social:

- a) Salário-Família, Salário-Maternidade, Pensão por Morte e Aposentadoria Especial.
- b) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Abono de Permanência.
- c) Auxílio-Acidente, Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão e Auxílio-Natalidade.
- d) Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Aposentadoria Especial e Auxílio-Funeral.

21. Maria Januária, residente em área rural da ilha de São Luis, costureira, contribui para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) há trinta anos, completará sessenta anos de idade em 2020. Ela é casada há mais de vinte anos com Jose de Ribamar, que tem cinquenta e três anos de idade e trabalha como motorista de uma empresa de ônibus há dezenove anos. O casal teve três filhos, Jorge Honório, que tem vinte e quatro anos e possui deficiência mental grave, Maria Alicia, que tem dezesseis, e Aelton José, que tem 18 anos de idade.

Considerando essa situação hipotética, indique o item **CORRETO**.

- a) Se Maria Januária falecer após a concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição os seus dependentes terão direito a pensão por morte, salvo Pedro Honório e Aelton José por terem atingido a maioridade.
- b) Nessa situação, caso Maria Januária morra, José de Ribamar somente terá direito a receber o benefício de pensão por morte se comprovar que os valores auferidos em vida pela falecida eram imprescindíveis ao sustento do núcleo familiar. Todavia, se José de Ribamar morrer primeiro, Maria Januária terá direito a receber pensão por morte a ser pago pelo RGPS de forma automática, uma vez que aquele mantinha vínculo formal de emprego quando em vida.
- c) Em decorrência da reforma previdenciária ocorrida em 2015, a pensão por morte concedida a Maria Januária no caso do falecimento de Jose de Ribamar cessaria depois de completados quinze anos da percepção do benefício, mantendo-se apenas a cota parte devida ao filho Jorge Honório em razão da enfermidade incapacitante narrada no caso concreto.
- d) Se Maria Januária falecer terão direito ao benefício previdenciário de pensão por morte, Jose de Ribamar, Jorge Honório, Maria Alicia e Aelton Jose, em partes iguais. Contudo, reverterá em favor de Jose de Ribamar a parte devida a Maria Alicia e Aelton José, quando completarem 21 (vinte e um) anos de idade, bem como a parte relativa a Jorge Honório em caso de cessação da invalidez.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

22. A assistência Social, segundo a Lei 8.742/1993, é direito do cidadão e dever do Estado, e representa Política de Seguridade Social:

- a) contributiva
- b) filantrópica
- c) não contributiva
- d) contributiva e filantrópica.

23. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos segurados da Previdência Social:

- a) O brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em agência de empresa nacional no exterior é segurado obrigatório da Previdência Social;
- b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, mesmo que vinculado a regime próprio de previdência social é também segurado obrigatório da Previdência Social;
- c) o empregado doméstico, considerado aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos é considerado segurado obrigatório da Previdência Social;
- d) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, mesmo sem fins lucrativos é considerada segurada obrigatória da Previdência Social na categoria contribuinte individual.

24. Assinale a alternativa **CORRETA** com relação ao Regime Geral da Previdência Social:

- a) Mantém a qualidade de segurado da previdência social, independentemente de continuar a verter contribuições, aquele que está em gozo de benefício previdenciário por incapacidade, até o prazo máximo de 24 meses.
- b) O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social sempre mantém a qualidade de segurado (período de graça) por um período de 18 (dezoito) meses após a cessação das contribuições, podendo ser prorrogado por igual período em caso de doença profissional.
- c) São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- d) A dependência econômica do cônjuge, companheira, filhos e irmão inválido em relação ao segurado é presumida enquanto que em relação aos pais e concubinas deve ser comprovada.

25. Acerca do mandado de segurança individual e coletivo (Lei 12.016/2009), marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público;
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo;
- c) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á somente após decorridos 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado;
- d) Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

26. Considerando a literalidade do disposto no art. 109 da Constituição Federal de 1988 e demais regras acerca da competência da Justiça Federal, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réas, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- b) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- c) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;
- d) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e União ou pessoa domiciliada ou residente no País;

27. A Justiça Federal **NÃO** é competente para processar e julgar:

- a) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público que objetiva a cessação e reparação de dano ambiental causado em propriedade de uma Autarquia Federal.
- b) Demandas referentes à desapropriação, para fins de reforma agrária, de área particular localizada na zona rural.
- c) Ações Possessórias cujo imóvel disputado está localizado em mais de um estado da federação.
- d) Mandado de Segurança contra ato de dirigente de instituição privada de ensino superior.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

28. Sobre os pressupostos processuais, elementos e condições da ação, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) A investidura, a competência e a imparcialidade são pressupostos processuais positivos relativos à figura do juiz.
- b) A legitimidade processual e a citação válida classificam-se como pressupostos subjetivos.
- c) O CPC/2015 manteve expressamente as mesmas condições da ação previstas no CPC/73, quais sejam: legitimidade, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido.
- d) Para que se conclua pela identidade de ações, não é necessária a coincidência de todos os elementos da ação, bastando a igualdade entre as causas de pedir e pedidos.

29. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O processo se forma independentemente da citação válida do réu, já que esta apenas completa a relação processual.
- b) As partes podem convencionar a suspensão do processo por até 02 anos.
- c) Durante a suspensão do processo é vedada a prática de qualquer ato processual, ainda que urgente.
- d) A despeito de ser a sentença o provimento jurisdicional ordinário para tal finalidade, a extinção do processo também pode ocorrer por meio de decisão interlocutória de mérito.

30. No inquérito policial, é **INCORRETA** a afirmação:

- a) a autoridade policial poderá representar acerca da prisão preventiva
- b) nos crimes que ação pública que depender de representação, não poderá ser iniciado sem ela
- c) poderá ser instaurado de ofício nos crimes de ação pública incondicionada
- d) deverá terminar em 30 dias, quando o indiciado estiver preso.

31. Sobre a instrução criminal, é **CORRETO** afirmar:

- a) a exceção será processada em apartado
- b) a parte não poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas
- c) o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar inimputabilidade
- d) os esclarecimentos dos peritos não dependerão de prévio requerimento das partes

32. Oferecida a denúncia, esta não será rejeitada quando, para o exercício da ação penal:

- a) apresentar tipificação que não se amolde aos fatos imputados
- b) faltar justa causa
- c) for manifestamente inepta
- d) faltar pressuposto processual

33. Sobre a tramitação dos feitos criminais, é **CORRETO** afirmar:

- a) os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias
- b) a soma das testemunhas arroladas pela acusação e defesa não poderá exceder a 8 (oito)
- c) as partes apresentação suas alegações finais na audiência de instrução, ainda que ordenada diligência considerada imprescindível
- d) no caso de registro de audiência por meio audiovisual, é obrigatório o encaminhamento às partes do registro original com a devida transcrição.

34. De acordo com a Lei 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, marque a opção **INCORRETA**:

- a) A competência do Juizado Especial Cível para processar, conciliar e julgar causas da competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, nas localidades onde houver vara do Juizado Especial instalada, é absoluta.
- b) O Juiz poderá, de ofício, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.
- c) A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a data da sentença.
- d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive interposição de recursos.

35. Sobre a competência do Juizado Especial Federal Cível, analise as hipóteses abaixo:

- I. As demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
- II. As causas sobre bens móveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
- III. As ações previdenciárias cujo valor não exceda sessenta salários mínimos;
- IV. As causas que tenham como objeto a impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis da União.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

De acordo com a Lei 10.259/2001, não estão incluídas na competência do Juizado Especial Federal Cível as hipóteses dos itens:

- a) I, II e IV;
- b) I, III e IV;
- c) II e III;
- d) I e IV.

36. Sobre o pedido de uniformização de interpretação de lei federal, nos termos da Lei 10.259/2001, marque a opção **CORRETA**:

- a) Quando fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões, será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais.
- b) É cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material e processual proferidas por Turmas Recursais.
- c) Em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, a parte interessada não poderá provocar a manifestação do Superior Tribunal de Justiça, ainda que a orientação acolhida pela Turma de Uniformização contrariar jurisprudência dominante.
- d) Quando fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado pela Turma de Uniformização.

37. Acerca da prova no Juizado Especial Cível, assinale a opção **CORRETA** de acordo com a Lei 9.099/1995.

- a) O processo, no âmbito dos Juizados Especiais, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação, de modo que, havendo testemunha arrolada pela parte requerente que deixe de comparecer à audiência, não será possível a condução coercitiva.
- b) As provas terão de ser produzidas obrigatoriamente na audiência de instrução e julgamento, com exceção da inspeção judicial.
- c) A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- d) A necessidade de realização de exame pericial de qualquer natureza afasta a competência dos Juizados Especiais para o processamento e julgamento da causa, em razão da alta complexidade da questão analisada.

38. Quanto aos Juizados Especiais Cíveis, conforme disposição da Lei 9.099/95, analise os itens abaixo:

I – Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.

II – Pessoas jurídicas não podem ser partes nos Juizados Especiais Cíveis, excetuando-se as microempresas e empresas de pequeno porte.

III – As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

IV – Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

Estão **CORRETAS** apenas:

- a) I, II e III.
- b) III e IV
- c) II e IV.
- d) I

39. Assinale a alternativa que está **INCORRETA**.

- a) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- b) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.
- c) O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, facultado ao advogado o credenciamento, inclusive por procuração a rogo, assinada por 02 testemunhas, perante qualquer órgão dos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo.
- d) As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma da Lei 11.419/06, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2017

40. A respeito do processo eletrônico, nos termos da Lei 11.419/2006, marque a opção **CORRETA**:

- a) O Poder Judiciário, ao desenvolver os sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais, deverá utilizar, necessariamente, a rede mundial de computadores.
- b) Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente.
- c) A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, mediante intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.
- d) No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exceto da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.

CÓPIA